

STJ00109496

Cassio
SCARPINELLA
Bueno

Manual de
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL

6ª edição
2020

saraiva  jur



saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Bueno, Cassio Scarpinella

Manual de direito processual civil - volume único / Cassio
Scarpinella Bueno. – 6. ed. – São Paulo : Saraiva Educação,
2020.

952 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1477-6 (impresso)

1. Processo civil I. Título.

20-0158

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteadó
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Armai da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Bula Gonçalves
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Projeto gráfico	Claudirene de Moura Santos Silva
Diagramação	SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão	C&C Criações e Textos Ltda.
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Santa Marta

Data de fechamento da edição: 11-12-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606190 CAE 716972

Sumário

Abreviaturas e siglas.....	9
Prólogo.....	33
Nota à 6ª edição.....	37
Nota à 5ª edição.....	39
Nota à 4ª edição.....	41
Nota à 3ª edição.....	43
Nota prévia à 2ª edição.....	46
Capítulo 1	
Considerações Propedêuticas.....	49
1. O objeto do direito processual civil ou o que estuda o direito processual civil? ..	49
2. O modelo constitucional do direito processual civil.....	51
2.1 Princípios constitucionais do direito processual civil.....	53
2.1.1 Acesso à justiça.....	54
2.1.2 Devido processo legal (devido processo constitucional).....	55
2.1.3 Contraditório (cooperação).....	56
2.1.4 Ampla defesa.....	57
2.1.5 Juiz natural.....	58
2.1.6 Imparcialidade.....	58
2.1.7 Duplo grau de jurisdição.....	59
2.1.8 Colegialidade nos Tribunais.....	60
2.1.9 Reserva do Plenário para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	60
2.1.10 Isonomia.....	61
2.1.11 Publicidade.....	61
2.1.12 Motivação.....	62
2.1.13 Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos.....	63
2.1.14 Assistência jurídica integral e gratuita.....	63
2.1.15 Duração razoável do processo (eficiência processual).....	64
2.1.16 Efetividade do processo (efetividade do direito pelo e no processo).....	65

2.1.17 Princípios-síntese	65
2.2 Organização judiciária	66
2.3 Funções essenciais à Justiça	68
2.3.1 Magistratura	69
2.3.2 Ministério Público	69
2.3.3 Advocacia	71
2.3.4 Defensoria Pública	73
2.4 Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados	74
2.5 Normas de concretização do direito processual civil	75
2.6 Reflexão	77
3. Institutos fundamentais do direito processual civil	79
3.1 Jurisdição	81
3.2 Ação	82
3.3 Processo	86
3.4 Defesa	89
4. O neoconcretismo	91
4.1 Tutela jurisdicional	94
4.1.1 Cognição jurisdicional	95
5. Convite	96
Resumo do Capítulo 1	97
Leituras Complementares (Capítulo 1)	102

Capítulo 2

Normas Processuais Cíveis	106
1. Para começar	106
2. Normas fundamentais do processo civil	106
2.1 O modelo constitucional do direito processual civil	107
2.2 O princípio da inércia da jurisdição	109
2.3 Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos	110
2.4 Princípio da eficiência processual	111
2.5 A boa-fé objetiva	112
2.6 Princípio da cooperação (modelo cooperativo de processo)	114
2.7 Princípio da isonomia (paridade de armas)	116
2.8 Hermenêutica do direito processual civil	117
2.9 Princípio do contraditório	118

2.10 Ainda e mais o contraditório: vedação das decisões-surpresa	119
2.11 Princípios da publicidade e da fundamentação	120
2.12 Ordem cronológica de conclusão	120
3. Aplicação das normas processuais	123
Resumo do Capítulo 2	127
Leituras Complementares (Capítulo 2)	131

Capítulo 3

Função Jurisdicional	137
1. Para começar	137
2. Jurisdição	137
3. Ação	139
3.1 Legitimação extraordinária	143
3.2 Ainda sobre o interesse de agir	143
4. Limites da jurisdição nacional	144
5. Cooperação internacional	146
5.1 Disposições gerais	147
5.2 Auxílio direto	147
5.3 Carta rogatória	149
5.4 Disposições comuns	150
6. Competência	151
6.1 Disposições gerais	151
6.2 Modificação da competência	156
6.3 Incompetência	159
7. Cooperação nacional	161
Resumo do Capítulo 3	163
Leituras Complementares (Capítulo 3)	165

Capítulo 4

Sujeitos do Processo	168
1. Para começar	168
2. Partes e procuradores	168
2.1 Capacidade de estar em juízo e capacidade processual (legitimação processual)	169
2.2 Deveres	173

2.3	Responsabilidade das partes por dano processual	174
2.4	Despesas, honorários advocatícios e multas	175
2.5	Gratuidade da Justiça.....	184
2.6	Dos procuradores (advocacia privada)	187
2.7	Sucessão das partes e dos procuradores	190
3.	Litisconsórcio.....	191
3.1	Regime do litisconsórcio	195
4.	Intervenção de terceiros	197
4.1	Assistência	198
4.1.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial	199
4.1.2	Atuação do assistente.....	200
4.1.3	Justiça da decisão (eficácia da intervenção).....	202
4.2	Denúnciação da lide.....	203
4.2.1	Posição do denunciado.....	205
4.2.2	Julgamento da denúnciação e verbas de sucumbência	207
4.3	Chamamento ao processo	208
4.3.1	Sentença de procedência	209
4.4	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	209
4.5	<i>Amicus curiae</i>	212
5.	Juiz e auxiliares da Justiça	216
5.1	Deveres-poderes e responsabilidade do juiz	216
5.2	Impedimento e suspeição.....	222
5.3	Auxiliares da Justiça.....	225
5.3.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	225
5.3.2	Perito.....	227
5.3.3	Depositário e administrador	228
5.3.4	Intérprete e tradutor.....	228
5.3.5	Conciliadores e mediadores judiciais	229
6.	Ministério Público.....	233
7.	Advocacia pública	235
8.	Defensoria Pública	237
	Resumo do Capítulo 4.....	239
	Leituras Complementares (Capítulo 4).....	245

Capítulo 5

Atos Processuais	253
1. Para começar.....	253
2. Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	253
3. Forma dos atos processuais.....	253
3.1 Prática eletrônica de atos processuais.....	255
3.2 Atos das partes.....	256
3.3 Pronunciamentos do juiz.....	257
3.4 Atos do escrivão ou do chefe de secretaria.....	260
3.5 Negócios processuais.....	260
3.6 Calendário processual.....	264
4. Tempo dos atos processuais.....	266
5. Lugar dos atos processuais.....	267
6. Prazos.....	267
6.1 Contagem e fluência.....	269
6.2 Verificação e penalidades.....	272
7. Comunicação dos atos processuais.....	272
7.1 Citação.....	273
7.1.1 Modalidades de citação.....	275
7.2 Cartas.....	278
7.3 Intimações.....	280
8. Nulidades.....	281
9. Distribuição e registro.....	286
10. Valor da causa.....	288
Resumo do Capítulo 5	290
Leituras Complementares (Capítulo 5)	293

Capítulo 6

Tutela Provisória	297
1. Para começar.....	297
2. Nomenclatura empregada.....	297
3. Tutela provisória e suas espécies.....	298
4. Disposições gerais.....	301
4.1 Competência.....	301

4.2	Dever de motivação	302
4.3	Duração da tutela provisória	303
4.4	Dever-poder geral de assecuramento (cautela) e de satisfação (antecipação)	303
4.5	Tutela provisória requerida em caráter incidental	304
4.6	Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória	305
5.	Tutela de urgência	305
5.1	Pressupostos	306
5.2	Caução	306
5.3	Concessão liminar ou mediante audiência de justificação	306
5.4	Quando houver irreversibilidade	307
5.5	Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar	307
5.6	Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência	309
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	309
6.1	Petição inicial	310
6.2	Se concedida a tutela antecipada antecedente	311
6.3	Se não concedida a tutela antecipada antecedente	313
6.4	Se não houver aditamento da petição inicial	313
6.5	Estabilização da tutela provisória	314
6.5.1	Dinâmica da estabilização	316
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	318
7.1	Citação do réu e suas atitudes	319
7.2	Apresentação do pedido principal	320
7.3	Duração	322
7.4	Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal	322
8.	Tutela da evidência	323
9.	Restrições à tutela provisória	327
	Resumo do Capítulo 6	333
	Leituras Complementares (Capítulo 6)	336

Capítulo 7

	Formação, Suspensão e Extinção do Processo	342
1.	Para começar	342
2.	Formação do processo	342

3.	Suspensão do processo.....	345
3.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.....	346
3.2	Convenção das partes	347
3.3	Arguição de impedimento ou suspeição	347
3.4	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	348
3.5	Relações externas com a decisão de mérito	348
3.5.1	Relação entre processos civil e penal.....	349
3.6	Força maior	349
3.7	Tribunal marítimo.....	350
3.8	Outros casos previstos no CPC	351
3.9	Parto ou concessão de adoção	351
3.10	Advogado que se tornar pai	353
4.	Extinção do processo	354
4.1	Extinção do processo e prévio saneamento	356
	Resumo do Capítulo 7.....	358
	Leituras Complementares (Capítulo 7).....	359

Capítulo 8

	Fase Postulatória.....	360
1.	Para começar.....	360
2.	Petição inicial.....	361
2.1	O juízo a que é dirigida.....	361
2.2	Qualificação das partes	361
2.3	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	362
2.4	O pedido com as suas especificações.....	362
2.5	O valor da causa	364
2.6	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	365
2.7	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	365
2.8	Outras exigências.....	366
3.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	367
3.1	Juízo de admissibilidade positivo	367

3.2	Juízo de admissibilidade neutro	368
3.3	Juízo de admissibilidade negativo	369
3.3.1	Indeferimento da petição inicial	369
3.3.2	Improcedência liminar do pedido.....	371
4.	Audiência de conciliação ou de mediação	373
4.1	Não realização.....	376
4.2	Dinâmica	378
5.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu.....	378
5.1	Contestação	379
5.1.1	Prazo	380
5.1.2	Preliminares	381
5.1.2.1	Inexistência ou nulidade da citação	382
5.1.2.2	Incompetência absoluta e relativa	382
5.1.2.3	Incorreção do valor da causa	384
5.1.2.4	Inépcia da petição inicial	384
5.1.2.5	Perempção.....	384
5.1.2.6	Litispêndência e coisa julgada.....	385
5.1.2.7	Conexão	386
5.1.2.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização.....	386
5.1.2.9	Convenção de arbitragem.....	386
5.1.2.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	388
5.1.2.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	388
5.1.2.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.....	389
5.1.3	Defesas de mérito	389
5.2	Reconvenção.....	391
5.3	Revelia	392
5.4	Outros comportamentos do réu	393
	Resumo do Capítulo 8.....	394
	Leituras Complementares (Capítulo 8).....	396
Capítulo 9		
	Fase Ordinatória	399
1.	Para começar.....	399

2. Providências preliminares.....	400
3. Julgamento conforme o estado do processo.....	401
3.1 Extinção do processo	401
3.1.1 Extinção sem resolução de mérito.....	402
3.1.2 Extinção com resolução de mérito	402
3.1.3 Extinção parcial.....	403
3.2 Julgamento antecipado do mérito	404
3.3 Julgamento antecipado parcial do mérito	406
3.4 Saneamento e organização do processo	409
3.4.1 Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e orga- zação	411
3.4.2 Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	412
3.4.3 Audiência de saneamento (saneamento cooperativo).....	412
3.4.4 Prova testemunhal.....	414
3.4.5 Prova pericial.....	414
Resumo do Capítulo 9.....	415
Leituras Complementares (Capítulo 9).....	417

Capítulo 10

Fase Instrutória.....	419
1. Para começar.....	419
2. Audiência de instrução e julgamento.....	419
2.1 Abertura e adiamento da audiência	421
2.2 Instrução e debates	422
2.3 Julgamento	423
3. Direito probatório	425
3.1 Disposições gerais.....	425
3.2 Princípios	425
3.3 Ônus da prova	428
3.4 Objeto da prova	429
3.5 Dinâmica da prova.....	430
4. Produção antecipada da prova.....	431
5. Ata notarial	433
6. Depoimento pessoal.....	434
6.1 Produção do depoimento.....	435

7.	Confissão	436
7.1	Espécies e regime jurídico	437
8.	Exibição de documento ou coisa	438
8.1	Exibição requerida em face da parte contrária	439
8.2	Exibição requerida em face de terceiro	440
8.3	Exibição determinada de ofício	441
9.	Prova documental	441
9.1	Força probante dos documentos	441
9.2	Arguição de falsidade	444
9.3	Produção da prova documental	445
10.	Documentos eletrônicos	446
11.	Prova testemunhal	447
11.1	Admissibilidade e valor da prova testemunhal	447
11.2	Produção da prova testemunhal	449
12.	Prova pericial	451
12.1	Perito, assistentes técnicos e atos preparatórios da perícia	452
12.2	Produção da prova pericial	454
12.3	Avaliação da perícia	454
12.4	Perícia consensual	455
13.	Inspeção judicial	455
	Resumo do Capítulo 10	457
	Leituras Complementares (Capítulo 10)	461

Capítulo 11

	Fase Decisória	467
1.	Para começar	467
2.	Sentença	468
2.1	Sentenças terminativas	469
2.1.1	Indeferimento da petição inicial	469
2.1.2	Paralisação e abandono do processo	469
2.1.3	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade. Presença de pressupostos processuais negativos	470
2.1.4	Irregularidade no exercício do direito de ação	470

2.1.5	Desistência	471
2.1.6	Intransmissibilidade do direito	472
2.1.7	Outros casos.....	472
2.1.8	Atuação oficiosa do juiz.....	472
2.1.9	Peculiaridade recursal.....	473
2.1.10	Repropositura da demanda.....	474
2.2	Sentenças definitivas.....	475
2.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido.....	475
2.2.2	Decadência ou prescrição	475
2.2.3	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos.....	476
2.2.4	Possibilidade de julgamento de mérito	476
2.3	Elementos da sentença. Dever de fundamentação	478
2.4	Vinculação da sentença ao(s) pedido(s).....	479
2.5	Fatos novos.....	480
2.6	Princípio da invariabilidade da sentença	481
3.	Hipoteca judiciária.....	481
4.	Remessa necessária.....	482
5.	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	484
5.1	Prestações de fazer ou não fazer	484
5.2	Prestações de entrega de coisa.....	485
5.3	Conversão em perdas e danos	485
6.	Sentença e emissão de declaração de vontade.....	486
7.	Coisa julgada.....	487
7.1	Coisa julgada formal e coisa julgada material. Coisa julgada com eficácia interna e com eficácia externa	489
7.2	Limites objetivos.....	490
7.2.1	Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubsistência da “ação declaratória incidental”	492
7.3	Limites subjetivos	493
7.4	Limites temporais	495
7.5	Preclusão	495
	Resumo do Capítulo 11	498
	Leituras Complementares (Capítulo 11).....	500

Capítulo 12

Liquidação	506
1. Para começar.....	506
2. Liquidação parcial.....	509
3. Limites cognitivos da liquidação.....	509
4. Liquidação por arbitramento.....	509
5. Liquidação pelo procedimento comum.....	510
6. Quando se tratar de cálculos aritméticos.....	511
7. Liquidação provisória.....	512
Resumo do Capítulo 12.....	513
Leituras Complementares (Capítulo 12).....	515

Capítulo 13

Cumprimento de Sentença	516
1. Para começar.....	516
2. Disposições gerais.....	518
2.1 Iniciativa do exequente. Intimação da parte contrária.....	519
2.2 Títulos executivos judiciais.....	521
2.2.1 Decisão que reconhece exigibilidade obrigacional.....	522
2.2.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	523
2.2.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.....	523
2.2.4 Formal e certidão de partilha.....	524
2.2.5 Crédito de auxiliar da Justiça.....	524
2.2.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	525
2.2.7 Sentença arbitral.....	525
2.2.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras.....	526
2.2.9 Citação para início da etapa de cumprimento.....	526
2.3 Competência.....	526
2.4 Protesto da decisão transitada em julgado. Negativação do executado.....	527
3. Cumprimento provisório.....	528
3.1 Conceito e espécies.....	529
3.2 Regime do cumprimento provisório.....	531
3.2.1 Impugnação.....	532
3.2.2 Incidência de multa no caso de não pagamento.....	532

3.2.3	Honorários de advogado.....	533
3.2.4	Retorno ao estado anterior.....	534
3.2.5	Execução provisória e título executivo extrajudicial.....	534
3.3	Dispensa da caução	535
3.3.1	Manutenção da caução	537
3.3.2	Prestação da caução.....	537
3.4	Documentação para o cumprimento provisório	538
3.4.1	Momento de formulação do requerimento.....	539
3.5	Outras modalidades obrigacionais	539
4.	Cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	540
4.1	Fluência do prazo para pagamento	542
4.2	O requerimento para início da etapa de cumprimento. Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	543
4.3	Impugnação.....	545
4.3.1	Matérias argúveis na impugnação	545
4.3.1.1	Falta ou nulidade da citação	545
4.3.1.2	Ilegitimidade de parte.....	546
4.3.1.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	546
4.3.1.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea	548
4.3.1.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	548
4.3.1.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	549
4.3.1.7	Causas modificativas ou extintivas da obrigação	549
4.3.2	Suspeição e impedimento	550
4.3.3	Efeito suspensivo.....	550
4.3.4	Procedimento da impugnação	552
4.3.5	Manifestações do executado após a impugnação. Exceções e objeções de pré-executividade	553
4.4	Iniciativa do réu.....	554
4.5	Atipicidade dos meios executivos.....	554
5.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	555

5.1	Outras técnicas executivas	557
5.2	Tipos de alimentos tutelados.....	558
5.3	Constituição de capital.....	559
6.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	560
6.1	Impugnação.....	562
6.1.1	Efeito suspensivo.....	563
6.2	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	564
7.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	565
7.1	Cumprimento da sentença em se tratando de obrigações de fazer ou de não fazer.....	566
7.1.1	Tutela específica e resultado prático equivalente	567
7.1.2	Técnicas executivas	568
7.1.2.1	Especialmente a multa.....	569
7.2	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	572
	Resumo do Capítulo 13.....	575
	Leituras Complementares (Capítulo 13).....	580

Capítulo 14

	Procedimentos Especiais.....	583
1.	Para começar.....	583
1.1	Um tema com variações.....	584
1.2	Primeira visão dos procedimentos especiais	586
1.3	A nomenclatura empregada	587
2.	Ação de consignação em pagamento	588
3.	Ação de exigir contas	589
4.	Ações possessórias.....	591
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares	594
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	596
7.	Inventário e partilha.....	599
8.	Embargos de terceiro.....	604
9.	Oposição.....	606

10. Habilitação.....	607
11. Ações de família.....	608
12. Ação monitória.....	610
13. Homologação do penhor legal.....	612
14. Regulação de avaria grossa.....	613
15. Restauração de autos.....	614
16. Jurisdição voluntária.....	615
16.1 Disposições gerais.....	616
16.2 Notificação e interpelação.....	617
16.3 Alienação judicial.....	618
16.4 Divórcio e separação consensuais, a extinção consensual de união estável e a alteração do regime de bens do matrimônio.....	618
16.5 Testamentos e codicilos.....	620
16.6 Herança jacente.....	621
16.7 Bens dos ausentes.....	621
16.8 Coisas vagas.....	622
16.9 Interdição.....	622
16.10 Disposições comuns à tutela e à curatela.....	626
16.11 Organização e fiscalização das fundações.....	627
16.12 Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	627
Resumo do Capítulo 14.....	629
Leituras Complementares (Capítulo 14).....	634
 Capítulo 15	
Processo de Execução.....	638
1. Para começar.....	638
2. Disposições gerais da execução.....	639
2.1 Partes.....	641
2.2 Competência.....	644
2.3 Título executivo.....	644
2.3.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque..	645
2.3.2 Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	646

2.3.3	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	646
2.3.4	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	646
2.3.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	647
2.3.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	647
2.3.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio	648
2.3.8	Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	648
2.3.9	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	648
2.3.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício	649
2.3.11	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	649
2.3.12	Demais títulos aos quais a lei atribuir força executiva	650
2.3.13	Títulos executivos extrajudiciais estrangeiros.....	650
2.3.14	Título executivo e “processo de conhecimento”	650
2.4	Responsabilidade patrimonial	651
2.5	Fraude à execução	653
3.	Diversas espécies de execução	654
3.1	Petição inicial.....	656
3.2	Execução para entrega de coisa	658
3.2.1	Coisa certa.....	658
3.2.2	Coisa incerta.....	661
3.3	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	661
3.3.1	Obrigações de fazer	661
3.3.2	Obrigações de não fazer.....	663
3.4	Execução por quantia certa	663
3.4.1	Citação e arresto	664
3.4.2	Certidão comprobatória da admissão da execução.....	665

3.4.3	Penhora, depósito e avaliação	667
3.4.3.1	Documentação da penhora, registro e depósito	668
3.4.3.2	Lugar da realização da penhora	670
3.4.3.3	Modificações da penhora	670
3.4.3.4	Modalidades de penhora	672
3.4.3.4.1	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	672
3.4.3.4.2	Penhora de créditos	673
3.4.3.4.3	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas	674
3.4.3.4.4	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	675
3.4.3.4.5	Penhora de percentual de faturamento de empresa	675
3.4.3.4.6	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	676
3.4.3.5	Avaliação	678
3.4.4	Expropriação	679
3.4.4.1	Adjudicação	679
3.4.4.2	Alienação	681
3.4.4.2.1	Alienação por iniciativa particular	681
3.4.4.2.2	Alienação em leilão judicial	682
3.4.5	Satisfação do crédito	690
3.4.5.1	Levantamento pelo exequente	690
3.4.5.2	Concurso singular de credores	691
3.4.6	Execução contra a Fazenda Pública	692
3.4.7	Execução de alimentos	695
4.	Embargos à execução	697
4.1	Prazo	698
4.2	Fundamentos	698
4.3	Rejeição liminar	701
4.4	Efeito suspensivo	701
4.5	Procedimento e julgamento	702
4.6	Moratória	703
5.	Suspensão e extinção do processo de execução	704
5.1	Suspensão	704

5.2 Extinção.....	705
Resumo do Capítulo 15	707
Leituras Complementares (Capítulo 15)	714
Capítulo 16	
Processos nos Tribunais	719
1. Para começar.....	719
2. Disposições gerais.....	720
2.1 Direito jurisprudencial.....	727
2.2 Julgamento de casos repetitivos.....	735
3. Ordem dos processos nos Tribunais.....	736
3.1 Deveres-poderes do relator.....	737
3.2 Preparativos para o julgamento.....	738
3.3 Sustentação oral.....	739
3.4 Dinâmica e documentação dos julgamentos.....	740
3.5 Prolongamento do julgamento nos casos de julgamento por maioria ..	743
4. Incidente de assunção de competência.....	745
4.1 Pressupostos e finalidade.....	745
4.2 Competência.....	746
4.3 Legitimidade e instauração.....	746
4.4 Julgamento e suas consequências.....	747
4.5 Revisão da tese.....	748
4.6 Recursos.....	748
5. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	748
5.1 Dispensa.....	749
5.2 Instrução.....	750
5.3 Julgamento e consequências.....	750
6. Conflito de competência.....	751
6.1 Instauração e legitimidade.....	752
6.2 Contraditório e instrução.....	752
6.3 Atitudes do relator.....	752
6.4 Julgamento colegiado e consequências.....	753
7. Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>	753
7.1 Abrangência.....	753

7.2	Homologação de medidas de urgência	755
7.3	Elementos para a homologação	755
7.4	Procedimento.....	756
7.5	Cumprimento.....	757
8.	Ação rescisória	757
8.1	Hipóteses de cabimento	758
8.1.1	A “ação anulatória”	762
8.2	Legitimidade	762
8.3	Petição inicial.....	763
8.4	Tutela provisória	765
8.5	Procedimento.....	765
8.6	Julgamento	766
8.7	Prazo	766
9.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	768
9.1	Feição e pressupostos de admissibilidade.....	769
9.2	Legitimados	770
9.3	Ofício ou petição de instauração	771
9.4	Admissibilidade	772
9.5	Atitudes do relator	773
9.5.1	Suspensão dos processos	773
9.5.1.1	Especialmente a suspensão requerida ao STJ ou ao STF	775
9.5.2	Instrução	777
9.6	Julgamento	778
9.6.1	Abrangência	779
9.6.2	Consequências	780
9.6.3	Divulgação	782
9.6.4	Prazo	783
9.7	Revisão da tese.....	784
9.8	Recurso extraordinário e recurso especial.....	785
10.	Reclamação	788
10.1	Natureza jurídica	788
10.2	Hipóteses de cabimento	789
10.3	Competência, legitimidade e petição inicial	792

10.4	Atitudes do relator e procedimento	792
10.5	Julgamento e suas consequências	793
	Resumo do Capítulo 16	794
	Leituras Complementares (Capítulo 16)	803

Capítulo 17

	Recursos.....	817
1.	Para começar.....	817
2.	Elementos de uma teoria geral dos recursos	817
2.1	Definição	817
2.2	Classificação	818
2.3	Princípios	819
2.4	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	823
2.5	Efeitos.....	824
3.	Disposições gerais	825
3.1	Cabimento	825
3.2	Eficácia imediata e efeito suspensivo	827
3.3	Legitimidade	829
3.4	Recurso adesivo	829
3.5	Atos dispositivos relativos ao recurso	830
3.6	Tempestividade.....	831
3.7	Recurso de litisconsorte	832
3.8	Preparo	833
3.9	Efeito substitutivo	834
3.10	Baixa de autos.....	835
4.	Apelação	835
4.1	Petição de interposição	836
4.1.1	Questões novas.....	838
4.2	Efeito suspensivo	838
4.2.1	Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	839
4.3	Efeito devolutivo e translativo	840
4.4	No Tribunal	843
5.	Agravo de instrumento.....	843
5.1	Petição de interposição	847

5.1.1	Formação do instrumento	848
5.2	Apresentação na primeira instância	849
5.3	No Tribunal	850
6.	Agravo interno	851
6.1	Petição de interposição	851
6.2	Julgamento	852
7.	Embargos de declaração	853
7.1	Prazo	854
7.2	Processamento	855
7.3	Efeito suspensivo	855
7.4	Julgamento	856
7.5	Efeito modificativo	857
7.6	Multa	858
7.7	Embargos de declaração e prequestionamento	859
8.	Recurso ordinário	861
8.1	Aplicação da disciplina da apelação e do agravo de instrumento	862
9.	Recurso extraordinário e recurso especial	864
9.1	Petição de interposição	867
9.2	Efeito suspensivo	869
9.3	Demonstração da repercussão geral	869
9.4	Contrarrazões	872
9.5	Interposição simultânea	874
9.6	Reenvio	875
9.7	Julgamento	876
9.8	Recursos extraordinário e especial repetitivos	878
9.8.1	Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção	879
9.8.2	Suspensão dos processos determinada pelo TJ ou TRF	879
9.8.3	Decisão de afetação	880
9.8.4	Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores	882
9.8.4.1	Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva	883
9.8.5	Preparação para julgamento	884
9.8.6	Julgamento e consequências	885

9.8.6.1 No STF e no STJ.....	885
9.8.6.2 Nos TJs, nos TRFs e na primeira instância.....	885
9.8.7 Manutenção do acórdão recorrido.....	889
9.8.8 Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem ...	889
10. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	890
11. Embargos de divergência.....	892
11.1 Demonstração da divergência.....	894
11.2 Processamento.....	895
Resumo do Capítulo 17	896
Leituras Complementares (Capítulo 17)	905
<i>Epílogo</i>	915
<i>Vocabulário</i>	917
<i>Bibliografia</i>	935
<i>Sites</i>	949